



A PROPOSTA DA COMISSÃO EUROPEIA RELATIVA ÀS REGRAS DE TRIBUTAÇÃO EM FUNÇÃO DA SEDE SOCIAL (HOT)

O cumprimento das regras sobre a fiscalidade das empresas pode ser complexo. Se as PME pretenderem operar além-fronteiras, passam a ser tributáveis em mais do que um Estado-Membro a partir do momento em que a sua atividade no estrangeiro crie um estabelecimento estável. As PME passam, assim, a estar obrigadas a respeitar diferentes sistemas fiscais e diferentes regras fiscais.

A proposta da Comissão Europeia relativa às regras de tributação em função da sede social permitirá às PME que operam transfronteiras através de estabelecimentos estáveis a possibilidade de interagirem apenas com uma administração fiscal — a da sua sede.

COMO FUNCIONARÁ?

1

As PME calculam o resultado tributável de todas as suas atividades no seu Estado-Membro principal (o Estado-Membro da sede social) e em todos os seus estabelecimentos estáveis na UE, aplicando apenas as regras fiscais do Estado-Membro em que se situa a sua sede.



Apresentam uma única declaração de imposto à administração fiscal desse Estado-Membro.

2

3

A administração fiscal partilha esta declaração com os outros Estados-Membros em que as PME tenham uma presença tributável.



O Estado-Membro da sede social aplica a taxa de imposto dos outros Estados-Membros aos lucros tributáveis realizados pelo estabelecimento estável das PME nos territórios desses Estados-Membros e transfere as receitas fiscais daí resultantes.

4

A proposta aumentará a segurança fiscal e reduzirá os custos de conformidade, o que contribuirá para promover o investimento e a expansão transfronteiras na UE.

A PROPOSTA RELATIVA ÀS REGRAS DE TRIBUTAÇÃO EM FUNÇÃO DA SEDE SOCIAL: AJUDAR AS PME A CRESCEREM ALÉM-FRONTIERAS.